



POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES LATINO-AMERICANAS

SIMONE GOMES COSTA
CRISTINA CORDEIRO ALVES

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de implementação das políticas de ação afirmativa, em alguns países da América Latina, ou seja, Argentina, Brasil e Chile. Esses países se configuram como grandes representantes na adoção de políticas afirmativas, na educação superior, no contexto latino-americano. Para recursos de análise utilizou-se documentos e pesquisa em dados disponíveis em sites do Ministério da Educação dos respectivos países. Os resultados da presente pesquisa apontam que a configuração das políticas afirmativas se inserem em um processo decisório baseado no modelo *Multiple Streams Framework*, de modo que as tomadas de decisão necessitam de uma conjuntura política que dê subsídios para sua implementação e elaboração. Nesse sentido, ressalta-se que nos países analisados, as políticas afirmativas procuram atender as novas demandas da sociedade em busca de indivíduos mais qualificados e inclusos nas diversas esferas sociais, sendo a universidade um espaço fundamental para essa inserção. As políticas afirmativas, nesses países, seguem uma tendência mundial, mas ao mesmo tempo assume especificidades de cada país, no que se refere a cultura, etnia e estrutura da educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: educação superior, políticas afirmativas, América Latina, multiple streams framework

INTRODUÇÃO

Segundo Bellintani (2006) o termo ações afirmativas como hoje se entende foi manifestado pela primeira vez nos anos de 1960 pelo então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy. Tais ações estavam relacionadas a contratação de indivíduos socialmente oprimidos para trabalharem em empresas contratadas por entidades públicas. Este país adotou tais medidas fundamentalmente como forma de minimizar os problemas com relação à marginalização social do negro. Entretanto, atualmente as ações afirmativas visam promover também a inclusão social de segmentos sociais desprivilegiados.

As ações afirmativas eram estímulos do Estado para a inserção de uma camada social menos privilegiada no mercado de trabalho e nos estabelecimentos de ensino. Atualmente as ações afirmativas continuam buscando a garantia desses direitos; porém, pensadas através de uma perspectiva legal temporária, com vistas a tratar desigualdades e discriminações de ordem racial, gênero e limitações físicas.

No âmbito dessa perspectiva, esse trabalho pretende analisar algumas experiências da implementação de políticas de ações afirmativas que visam à inserção de camadas menos privilegiadas no ensino superior em alguns países da América Latina. Além disso, também busca compreender como tais políticas passaram a fazer parte das discussões governamentais.

PROCESSO DECISÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS

As políticas afirmativas para o ensino superior são aquelas ações que visam promover o acesso e a permanência na educação superior de estratos sociais menos privilegiados. Nesse espaço serão abordados o contexto e a forma como essas ações são implementadas. Para

melhor compreensão disso, essa pesquisa se valerá de alguns pressupostos teóricos sobre como as políticas públicas entram na agenda e são efetivamente adotadas. Para fins de análise, serão mencionadas experiências de alguns países da América Latina, como por exemplo, Argentina, Chile e Brasil. Os dados aqui trabalhados foram analisados por meio de análise documental de alguns documentos correspondentes as ações afirmativas em cada país, bem como a análise de dados em sites dos respectivos ministérios da Educação. A análise de conteúdo atenta para analisar as mensagens que ocorrem na esfera das comunicações, isso permite a inferência de conhecimento no âmbito destas mensagens.

As políticas afirmativas se intensificaram na América Latina, a partir da década de 1990. Isso ocorreu principalmente, porque organismos internacionais passaram a discutir a importância de pensar os rumos que a sociedade deveria tomar para incluir as camadas sociais de baixa renda em esferas da sociedade que estas não tinham oportunidade de acesso. Nesse sentido, a interferência do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da UNESCO entre outros têm influenciado os governos desses países a criarem e implementarem políticas voltadas para diversas áreas, principalmente para educação superior, visando o acesso e a permanência de um maior número de indivíduos nesse grau de ensino.

Tendo em vista esse contexto, é possível pensar a criação e implementação de tais políticas através de alguns elementos da teoria de Zahariadis (2007) que adota o modelo de *Multiple Streams Framework* para analisar o processo de formação de uma política. Esse modelo mostra como determinadas políticas entram em agendas, que são definidas com ambiguidade de objetivos e ambientes instáveis. O modelo denominado Multiple Streams elaborado por este Kingdon pretende analisar os processos pré-decisórios, ou seja, a formação da agenda (agenda-setting) e as alternativas para a formulação das políticas (policy formulation). Para ele a agenda pode ser não-governamental, governamental e de decisão. A não-governamental tem temas reconhecidos pelo público, mas não é prioridade para o governo. A governamental inclui aquelas que o governo procura dar mais atenção. Já a de decisão abarca os problemas e os assuntos que serão decididos. Os problemas que serão pautados pelas agendas podem abranger todas essas dimensões ou assumir um caráter independente. É importante frisar que não basta simplesmente se reconhecer um problema para que esse entre na agenda das formulações de políticas.

O reconhecimento de um problema nem sempre indica que propostas serão feitas para solucioná-lo. Um problema pode estar relacionado a crises, a indicadores que remetam a magnitude do problema e; a políticas que denotam a existência de novos problemas. As soluções para esses infortúnios fazem parte de iniciativas de técnicos ou cientistas que se especializam nos problemas e, assim, buscam encontrar propostas com vista a buscar alternativas necessárias para resolvê-los. (Gomide, 2008)

Esse modelo permite compreender que as tomadas de decisões dependem de uma conjuntura política que dá subsídio para que as políticas sejam elaboradas. Ao analisar as políticas de ações afirmativas, na América Latina, isso fica evidente, pois o seu principal objetivo é atender as novas demandas de uma sociedade que necessita de indivíduos mais qualificados e, por esta razão, devem ter a possibilidade de estar inclusos nas mais diversas esferas sociais. Há uma forte pressão para que as universidades abram espaço para atender esse público mais diversificado. Todavia, isso é algo novo, pois há alguns anos isso não era visto como algo prioritário.

Apesar das escolhas tomadas, no processo de criação das políticas, serem feitas por indivíduos, as decisões são coletivas, e acima de tudo, são produtos de estruturas e processos que fazem parte de um contexto mais amplo. Sendo assim, é possível perceber que, em alguns países da América Latina, a implementação das políticas de ações afirmativas, apesar de algumas especificidades, segue direções semelhantes, ou seja, a inclusão de camadas sociais menos abastadas na educação superior.

Na Argentina, a discussão referente à adoção de políticas públicas voltadas para a ações afirmativas, no ensino superior, iniciaram na década de 1990. No ano de 1995, houve um intensivo movimento para tornar o ensino superior mais moderno. Conforme aponta Claro e Seoane (2005), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento tiveram forte influência com relação a elaboração dessa agenda para a educação superior. A partir de então, foram criados, no país, organismos com a finalidade de melhorar o sistema de ensino superior, a Secretaría de Políticas Universitarias e a Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU). A primeira está associada ao Programa Nacional de Becas Universitarias (Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología). Houve um entendimento da importância de se fornecer bolsas de estudos para os alunos, como uma tentativa de inserir um número significativo de jovens no ambiente educacional e consequentemente na sociedade. Acima de tudo, o discurso que sustenta a implementação dessas bolsas de caráter afirmativo é a melhora do rendimento e continuidade a trajetória educacional. Além de apontarem para condições mais equitativas e melhores condições de oportunidades para indivíduos de baixa renda.

No Brasil, as políticas afirmativas para educação superior também tiveram relação com indicações dos organismos internacionais. Entretanto, cabe ressaltar que o Brasil é um país em que as questões raciais e étnicas são muito intensas e, nessas condições, contribuíram para as discussões referente a um acesso diferenciado na educação superior. No início da década de 1990, o mundo passou a se voltar para compreender a sociedade baseada em uma perspectiva mais multiculturalista. Dessa forma, se deu maior atenção aos conflitos e a problemas étnicos, religiosos e culturais. Uma das tentativas de minimizar tais infortúnios, foi incentivar a criação de políticas públicas que inserissem indivíduos excluídos de alguns espaços que anteriormente não tinham acesso. Sendo assim, o movimento negro e o de mulheres negras tiveram forte influência na negociação frente ao governo, para reivindicar que medidas de combate à desigualdade racial fossem tomadas. Contudo, foi apenas na III Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, que o Brasil firmou uma posição frente a outros países com relação à temática. Nesse mesmo sentido, houve uma pressão de outros organismos da sociedade para que os indivíduos com dificuldades de ordem econômica também fossem contemplados com tais políticas.

No Chile, a partir da década de 1990, com a redemocratização, iniciou-se um forte movimento de incentivo para que os jovens chilenos tivessem uma educação de qualidade. Isso fez com que jovens oriundos das mais diversas classes sociais conseguissem concluir seus estudos secundários, aumentando a probabilidade de ingressarem na educação superior. As políticas de ação afirmativa, nesse caso, centram na tentativa de fazer com que os alunos de baixa renda não tentem dificuldades financeiras para prosseguir seus estudos, para tanto o governo tem investido no crédito educativo e na concessão de bolsas de estudo.

Cabe destacar que nesse espaço, as políticas afirmativas são consideradas em um sentido amplo como políticas que promovem o acesso e a permanência na educação superior de setores tradicionalmente excluídos, o qual implica considerar aqueles que são desprovidos economicamente e os grupos étnicos e raciais que não tem acesso a esse grau de ensino. Nesse sentido, foram incluídas políticas de ação afirmativa em uma direção relacionada não só as políticas de cotas étnicas e econômicas, como também as políticas que pretendem colaborar com o acesso e a permanência na universidade dos setores sociais menos privilegiados. Essa pesquisa se pauta, para a sua análise, pela definição abaixo de ações afirmativas.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) dirigidas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado

por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2007:51).

Nesse espaço, serão apresentadas as políticas afirmativas que mais se destacam nos países analisados, isto é, Argentina, Brasil e Chile. Essas ações como é possível perceber estão cada vez mais sendo utilizadas em espaços da educação superior. Todavia, a finalidade é apontar a preocupação na formulação de um programa ou ação de cunho nacional referente a aplicação de tais políticas. Além disso, para melhor compreender o contexto que essas ações estão inseridas serão apresentados alguns programas de cunho afirmativo importante para a inserção e permanência dos estudantes na educação superior nesses países. Para essa análise, as políticas voltadas para o acesso e a permanência dos alunos nas universidades são entendidas como políticas de cunho afirmativo, porque pretendem inserir camadas desprivilegiadas da sociedade na educação superior.

O processo da implementação de políticas de ações afirmativas na Argentina, no que diz respeito ao crescimento da democratização no ensino superior ao longo do século XX, foi marcado, de certa forma, pelos governos progressistas. Pode-se frisar que durante os governos ditatoriais foi o período no qual não houve esse crescimento.

A partir das influências da Reforma Universitária de 1918 é que a democratização da educação superior passou a se modificar. Segundo o IESALC (Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe), no período de 1994-2006 a média anual de matrícula em educação superior esteve na ordem de 8%, a maior inclusive comparada com os outros níveis de ensino.

No ano de 2006, a taxa de escolarização bruta universitária foi de 48,9% (considerando a população de 20-24 anos) e de 34,6% (considerando a população de 18-24 anos) a taxa bruta total de escolarização da educação superior - incluindo a matrícula não universitária - foi de 66,1% (para a população de 20-24 anos) e de 46,8% (para a população de 18-24 anos) (LAMARRA, Norberto Fernández; 2008)

Lamarra ainda cita que as políticas de acesso as universidades públicas buscam o ingresso irrestrito ou livre, porém há alguns cursos em que isso ainda não acontece, como no caso das carreiras na Medicina e nos cursos científico-tecnológico. Nesses casos se aplicam provas de vestibular ou cursos muito seletivos.

O sistema universitário argentino atualmente é composto por instituições universitárias e não universitárias, dividindo-se em 40 Universidades Nacionais, 45 Universidades Privadas, 7 Institutos Universitários Estatais, 12 Institutos Universitários Privados, 1 Universidade Provincial, 1 Universidade Estrangeira e 1 Universidade Internacional (SPU – Secretaría de Políticas Universitarias). As matrículas universitárias de graduação estão 86% presentes no setor público, sendo os 14% restantes nas universidades privadas (Claro e Seoane, 2005).

Com relação as universidades particulares, essas possuem critérios diversificados de ingresso. Algumas aplicam primeiramente provas internacionais de admissão. “En el caso de las universidades prevalecen tres modalidades de acceso: irrestricto (con cursos de orientación no eliminatorios); mediante examen sin cupo (con ciclos de nivelación), y mediante examen con cupo” (CLARO e SEOANE, 2005, p.137). As instituições possuem autonomia para estabelecer suas modalidades de acesso.

Há ainda discussões que giram em torno do tema do acesso às universidades, mas um problema maior, no sentido de equidade e inclusão social, está na evasão da educação superior. Segundo o SPU (Secretaría de Políticas Universitarias), Ministério de Educação (2006), estima-se que apenas 15% dos ingressantes concluem seus cursos. Por mais que ainda sejam necessários mais estudos sobre essa temática, indícios apontam que a maioria dos alunos que abandonam suas carreiras são de setores sociais médios e baixos (LAMARRA, Norberto Fernández; 2008). Segundo Claro e Seoane (2005), os principais problemas no

tocante ao ensino superior na Argentina se refere a permanência do aluno no nível superior. Com a intenção de sanar esse problema, o Ministério da Educação desenvolveu programas que visam a permanência dos alunos no ensino superior.

Em 2005, Sverdllick, Ferrari e Jaimovich demonstraram dados do censo de 2000. Na Argentina

la población que se encontraba cursando estudios de nivel superior era en ese año de un total de 1.619.718 personas (494.461 en el nivel superior no universitario y 1.125.257 en la universidad). Si se tiene en cuenta el grupo de personas de entre 18 y 24 años, se encuentran cursando en la universidad un 15.98% del total de personas de ese grupo de edad (713.621 estudiantes sobre un total de 4.465.671 personas). Si a ellos les sumamos a quienes tienen entre 25 y 29 años, se observa que la población de entre 18 y 29 años que se encuentra cursando estudios universitarios es un 13.1% del grupo de edad (938519 estudiantes sobre un total de 7.161.012 personas) (SVERDLICK, FERRARI e JAIMOVICH, os. 29-30)

No caso da Argentina, grande parte das políticas afirmativas é voltada para concessão de bolsas a estudantes de baixa renda. No ano de 1996, foi criado, pelo Ministério da Educação, o Programa de Bolsas Nacionais Universitárias (PNBU) que distribui bolsas para alunos que comprovassem dificuldades financeiras e bom rendimento no decorrer da vida escolar. Em 2000, se inseriu o critério da inclusão de indígenas no programa e, mais tarde, o benefício foi estendido a estudantes que residem em localidades distantes das instituições que oferecem o curso escolhido. Há também *Becas TICs-PNB TICs* (Programa Nacional de Bolsas para carreiras de graduação na área de Tecnologia da Informação e das Comunicações). Ainda há a Bolsa Bicentenário, para alunos com baixos recursos que ingressam no ensino superior nas carreiras vinculadas as ciências aplicadas, ciências naturais, ciências exatas e ciências básicas.

Nesse país também há diversas organizações não governamentais que oferecem bolsas a estudantes. A maioria dos benefícios segue os mesmos critérios estipulados pelo PNBU, entretanto alguns também variam conforme a região do país, o curso e a universidade. Além do mais, cabe salientar o caso da Universidade Patagônia San Juan Bosco, que oferece bolsas para apoio econômico, transporte, alojamento, encontros semanais de apoio e orientação aos alunos que moram nos alojamentos.

De um modo geral, segundo as Direções de Bem-estar Estudantil, grande parte dos estudantes beneficiados são oriundos de famílias numerosas e os responsáveis por prover o sustento da família são profissionais que pertencem ao setor informal. A renda dessas famílias gira em torno de \$100 a \$600.

Já no caso do Chile, há uma grande variedade de tipos de políticas afirmativas que garantem o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior. As políticas afirmativas, na maioria das vezes, são destinadas a concessão de bolsas preferencialmente a estudantes com dificuldades sócio-econômicas. Com base nesse critério, são incluídos indígenas e filhos de professores e trabalhadores da educação de um modo geral. A assistência estudantil se intensificou na década de 1980, quando foi criado um pacote voltado para educação superior, o qual modificou o financiamento universitário. Primeiramente, o programa se voltou para concessão de crédito educativo, e, posteriormente, se priorizou a assistência estudantil como forma de auxiliar os estudantes de baixa renda.

O acesso ao ensino superior no Chile é, segundo o *Consejo Superior de Educación* é “*haber obtenido licencia de enseñanza media en Chile o en el extranjero, la que deberá ser reconocida por el Ministerio de Educación y cumplir con los requisitos exigidos por las distintas instituciones de educación superior*”. Cada instituição pode definir de maneira

autônoma quais os procedimentos e requisitos necessários para o ingresso na instituição. O ingresso nas universidades que fazem parte do Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas (CRUCH) ocorre através de um exame denominado Prueba de Selección Universitaria (PSU). Grande parte dos jovens presta esse exame para ingressar na educação superior. Os programas de financiamento oferecidos pelo governo (exceto uma bolsa para técnico de alto nível) também exigem uma pontuação mínima no PSU.

Com relação a população universitária chilena, segundo dados do Ministério da Educação do Chile (MINEDUC) o número de alunos matriculados em Universidades do Consejo del Rectores passou de 108.119 no ano de 1990 para 269.940 no ano de 2008. Já nas universidades privadas também houve um aumento no número de alunos matriculados, passou de 19.509 para 240.172, nos mesmos anos, respectivamente. Atualmente, cerca de 34% dos jovens entre 18 e 24 anos encontram-se na educação superior e estima-se que no ano de 2012, essa mesma faixa etária corresponda a 50% do total de matriculados na educação superior.

O governo chileno salienta que o objetivo de implementar políticas de cunho afirmativo é garantir, acima de tudo, maior equidade de acesso e permanência aos jovens das mais variadas classes sociais, na tentativa de atenuar as desigualdades sociais. O Ministério da Educação do Chile possui vários tipos e modalidades de auxílio, muitas delas voltadas para instituições que fazem parte do *Consejo de Rectores*. Este conselho foi criado no ano de 1954 e tem como função coordenar a pesquisa científica e tecnológica. Este órgão é composto por vinte e cinco universidades, sendo a maior parte delas as mais tradicionais do país e por consequência as mais disputadas. Este conselho tem fundamental importância no ingresso na educação superior. O *Fondo de Desarrollo Institucional* é voltado para universidades que pertençam ao Consejo de Rectores. Este fundo prevê apoio às iniciativas de estudantes como forma da sociedade demonstrar confiança nos futuros profissionais.

Cabe ainda salientar a importância dos programas de ajuda estudantil através de créditos educativos. O *Fondos Solidarios* de crédito universitário são destinados ao financiamento dos estudantes das universidades pertencentes ao Conselho de Reitores com dificuldades financeiras. O crédito universitário é pago pelo aluno depois de dois anos da conclusão de curso a uma taxa de juros de 2% ao ano. O *Crédito Corfo* é uma política de permanência e se destina ao financiamento de estudantes que estejam cursando a universidade, centros de formação técnica e institutos profissionais.

Outro programa a destacar é o *Programa de becas Bicentenário* que foi originalmente criada nos anos de 1990 com o nome de MINEDUC e destina-se ao financiamento total ou parcial dos estudos de alunos de universidades, pertencentes ao *Consejo de Rectores* que comprovem bom rendimento acadêmico e dificuldades econômicas. As *Becas Juan Gómez Millas* atendem estudantes das universidades do *Consejo de Rectores* ou instituições privadas de educação superior autônomas. Os critérios para seleção são o bom rendimento acadêmico e ser oriundo de escolas municipais ou de estabelecimentos subsidiados. A *Becas para Estudiantes de Pedagogia* também seguem os mesmos critérios para adesão.

É importante salientar a existência bolsas voltadas para alunos indígenas de baixa renda, com bom rendimento acadêmico e que estejam cursando universidades, institutos profissionais e centros de formação técnica. Há ainda as *Becas Presidente de la República* destinadas a alunos de ensino médio e superior com bom desempenho escolar e antecedentes de vulnerabilidade social que não impeçam a continuidade de seus estudos. As *Becas Primera Dama de la Nación* são destinadas a alunos de regiões do país onde há escassas ofertas de recursos educativos.

Segundo o ministério da educação, cerca de 68,5% dos estudantes matriculados no ensino superior recebem algum tipo de auxílio do governo chileno. Além disso, tem havido um crescimento nos investimentos do governo com relação ao financiamento destinado a

assistência estudantil. Todavia, como é possível constatar, a maior parte das bolsas de estudo são destinadas a alunos de universidades tradicionais que pertencem ao *Consejo de Rectores*.

As políticas afirmativas, no Brasil, têm uma perspectiva mais clara, pois as questões étnicas e raciais são mais fortes e presentes nos debates sociais devido sua configuração histórica. Com isso, a implementação de políticas afirmativas voltadas para a inclusão desses grupos nas universidades é uma reivindicação mais constante. Na Argentina e no Chile tais questões são mais difusas e essa é uma das razões pelas quais nesses países as políticas afirmativas sejam voltadas para uma perspectiva sócio econômica.

O ingresso no ensino superior, no Brasil, possui uma peculiaridade com relação a outros países da América Latina, pois, nesse país, para frequentar um curso superior, é preciso passar por um processo seletivo obrigatório denominado vestibular. Nas universidades mais prestigiadas, essa seleção é bastante disputada, fazendo com que somente uma minoria seja aprovada. A maior parte dos jovens que ingressam nessas instituições fazem parte de uma elite que teve condições de ter uma boa educação. Por essa razão, as políticas afirmativas estão vinculadas, não somente a permanência, mas também ao acesso.

As políticas afirmativas, no Brasil, especialmente no que se refere ao ensino superior, tem sido mais frequentes a partir do final da década de 1990. No âmbito do legislativo federal, tem o projeto de lei n. 73/99 com o propósito de estabelecer reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos de escolas públicas, afro-descendentes e indígenas. Em 2002, tiveram início as primeiras experiências de políticas afirmativas no ensino superior na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Segundo pesquisada realizada por Neves (2009), dados apontam que 83 Instituições de Ensino Superior (IES) adotaram em seus processos seletivos o sistema de reserva de vagas, destacando que 43 são estaduais, 35 são federais e 5 são municipais. Ainda convém salientar que as IES reservam em torno de 30% a 40% de suas vagas para esses fins. A maior parte das instituições que adotaram cotas raciais, utilizam a auto-declaração como critério de identificação dos estudantes.¹

O Plano de Desenvolvido da Educação (PDE) é um programa que busca investir na educação básica, educação profissional e superior com objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Na educação superior é possível destacar ações que visam o acesso e a permanência nas universidades como, o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).

O Prouni foi criado em 2004 e concede bolsas para estudos parciais e integrais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior. O programa oferece isenção de tributos para as instituições privadas que aderirem ao programa. O processo de seleção se dá por meio da nota obtida no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio e é destinado aos egressos da rede pública. Há também um incentivo a permanência dos estudantes nas instituições através da Bolsa Permanência.

O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) financia os cursos de graduação no setor privado para estudantes que estejam regularmente matriculados e não possuem condições de arcar com os custos de sua formação. Para tanto, a instituição deve estar cadastrada no Programa e ter uma avaliação positiva no MEC. O Programa foi criado, em 1999, através da Medida Provisória nº. 1.827, para substituir o Programa de Crédito Educativo, sendo modificado, em 2007. Com as novas regras possibilitou-se a fiança solidária que os alunos são fiadores uns dos outros em pequenos grupos; o prazo para quitar a dívida passa a ser de duas vezes a duração do curso, com prazo de seis meses para o início do

¹ http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesaafirmativas/documentos/MAPA%20DAS%20COTAS_PDF.pdf 26.11

pagamento do empréstimo. A partir do ano de 2005, passou-se a conceder financiamento para bolsistas parciais, beneficiados com a bolsa de 50% do PROUNI. Atualmente, também se concede financiamento para alunos que se encontram na situação de bolsistas complementares, isto é, alunos do PROUNI que tem benefício de 25% na mensalidade. A Caixa Econômica Federal é o órgão financiador do Fies. O Prouni e o Fies em alguns casos pode ser entendido como uma política de permanência, mas seu foco principal é a garantia de acesso, de modo que não se detém nas ações e atividades diárias dos estudantes na universidade.

O Reuni foi instituído em abril de 2007 e tem como objetivo dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior. O plano tem previsão de duração de cinco anos e pretende distribuir R\$ 2 bilhões de reais para as universidades para melhoria dos cursos de graduação, infra-estrutura física e recursos humanos. O programa também enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), gestão 2007/2008, através do FONAPRACE, propuseram uma articulação entre ações assistenciais que visem à permanência e a conclusão de curso de alunos de baixa renda. Para tanto, criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que procura estabelecer um compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES. O PNAES foi criado, em 2007, e se destina a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. Um dos objetivos é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação das universidades públicas, com intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior federal. Isso será feito por meio de auxílio moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico.

Ao analisar as políticas afirmativas e a época de sua criação, na América Latina, é possível constatar que essas foram pensadas a partir de um nível macro para um nível micro, como sugere as teorias do *Multiple Streams Framework*. Os organismos internacionais propuseram ações que visasse a inclusão das camadas menos privilegiadas na educação superior, para tanto sugeriram diversas medidas para que isso fosse garantido. Todavia coube a cada país, através de sua mobilização social e governamental entender que havia deficiência no ingresso ou nas condições de permanência, na educação superior, para assim reconhecer como um problema, e então buscar e organizar medidas que atendam a tais demandas.

Sendo assim, não houve somente um contexto favorável que permitisse a criação de tais políticas, mas é essencial que houvesse o reconhecimento dos problemas, como algo que merece ser solucionado. Cada país buscou as alternativas que lhes pareceram mais adequadas para minimizar essas adversidades. No Brasil, devido a sua forma de ingresso ser baseada em uma prova denominada vestibular, as políticas afirmativas frisam mais a perspectiva do acesso. As políticas de permanência são algo muito recente, no ano de 2007 com o PNAES há uma preocupação por parte do governo de garantir a manutenção dos alunos na universidade. Já na Argentina e no Chile as políticas afirmativas são voltadas para a permanência através de bolsas e auxílio ao estudante, que na maior parte das vezes, são concedidas pelo governo. Isso ocorre porque a forma de ingresso nesses países possibilita o acesso mais fácil ao ensino superior.

Considerações Finais

Os países latino-americanos analisados, de um modo geral, buscam cumprir as orientações internacionais de garantia de acesso e permanência na educação superior. Contudo, isso é algo atual e passou a fazer parte da agenda dos governos como tentativa de se adequarem as novas demandas de uma sociedade que requer maior qualificação e tempo de estudo para seus cidadãos. As políticas privilegiam aqueles que por questões socioeconômicas tem maiores dificuldades para ingressar e concluir os cursos no ensino superior.

A partir de alguns pressupostos estabelecidos pelo modelo de *Multiple Streams Framework*, é possível compreender como uma política entra no bojo das discussões governamentais. Além de frisar que, as decisões na elaboração e na formulação das políticas estão ligadas a contextos e perspectivas mais amplas da sociedade.

De um modo geral, os três países analisados implementaram, cada um de acordo com suas especificidades, políticas afirmativas que atendam as expectativas dos organismos internacionais. A base de dados disponíveis pelos mesmos ainda é parca para afirmar se estas trarão soluções satisfatórias para os problemas que visam sanar na educação superior. Porém, elas são importantes para entender o quanto, atualmente, a solução dos infortúnios está ligada a um contexto maior.

Referências Bibliográficas:

BELLINTANI, Leila P. Ação Afirmativa e os Princípios do Direito, Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2006.

CLARO, M. ; SEOANE, V. Acción Afirmativa: Hacia Democracias Inclusivas. Ed. Fundácion Equitas. Chile, 2005.

GOMES, Joaquim B. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (org). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Col. Educação para todos. Ed. Eletrônica. Brasília, 2007.

GOMIDE, Alexandre de A Agenda Governamental e o Processo de Políticas: O Projeto de Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF, IPEA. 2008.

LAMARRA, Norberto Fernández. Argentina: Equidade e inclusão social na Educação Superior. Iesalc Informa. Boletim nº180, Unesco-Iesalc dez 2008.

NEVES, C. B.; MORCHE, B; ANHAIA, B. Educação Superior no Brasil: acesso e equidade através das políticas de inclusão social. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. julho 2009. Rio de Janeiro.

SVERDLICK Ingrid, FERRARI Paola, JAIMOVICH Anália. Desigualdad e inclusión en la educación superior. Un estudio comparado en cinco países de América Latina. Programa de Políticas da Cor (PPCOR) Observatorio Latinoamericano de Políticas Educativas (OLPED) SERIE ENSAYOS & INVESTIGACIONES Nº 9. Buenos Aires, 2005

ZAHARIADIS, Nikolaos. The multiple streams framework: structure, limitations prospects. In Paul A. Sabatier (org), *Theories of the policy process*, Cambridge, MA: Westview Press. 2007. p. 65-92.

Sites

<http://www.cruch.cl/pages/fondosolidario.html> 22.11.08

<http://www.cruch.cl/pages/corfo.html> 22.11.08

http://www.ayudasestudiantiles.cl/becas_juan_gomez_millas.htm 21.11.08

http://www.ayudasestudiantiles.cl/becas_para_est_desta_pedagogia.htm 21.11.08

http://www.ayudasestudiantiles.cl/becas_presidente_republica.htm 21.11.08

<http://www.junaeb.cl/becaedsup/entrar.php> 22.11.08

<http://portal.mec.gov.br/pde> 22.11.08

<http://www.lpp-uerj.net/olped/> 22.11.08

http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/archivos/15_6_2009_18_43_43.pdf

<http://www.iesalc.unesco.org.ve/docs/boletines/boletinnro180/noticia3-3-3.html>
12/08/2009

http://www.cse.cl/public/Secciones/seccioneducacionsuperior/educacion_superior_der_echos_estudiantes.aspx) 13/08/09

